

JORNADAS DE JUNHO NO BRASIL: TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO PÚBLICO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL NA REDE

Thiago Melo¹

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

thiagomelos@gmail.com

Resumo

Este artigo apresenta de que forma o Facebook funcionou como um espaço de reverberação e mobilização social durante os protestos que ocorreram em junho de 2013 no Brasil, que ficaram conhecidos como as Jornadas de Junho. Abordamos conceitos teóricos que elucidam a transformação do espaço público a partir da Internet, bem como o surgimento dos *media* alternativos, utilizados para a mobilização social. Elegemos o dia 18 de junho para realizar a pesquisa empírica, pois este foi o dia das manifestações mais representativas, com a ocupação de locais públicos e emblemáticos. Como objeto de estudo temos a página do coletivo Mídia Ninja no Facebook. Por meio de metodologia específica para análise de conteúdos de *web*, utilizamos métodos qualitativos e quantitativos. Verificamos, assim, o conteúdo das imagens, as temáticas, as características, os *links*, e a linguagem. Aplicamos a mesma grelha de análise nos comentários das publicações. O estudo leva em consideração a capacidade de complexificação destes elementos. Concluimos que a rede social Facebook oferece ferramentas importantes para o debate público, assim como a possibilidade de ampliação do espaço democrático. Contudo, a utilização deste canal precisa acontecer de forma mais crítica e consistente, tanto pelo *medium*, como pelos cidadãos. Pudemos refletir também sobre os desafios que as investigações em Comunicação precisam assumir a partir deste novo espaço público que verificamos na rede.

Palavras-chave: Jornadas de Junho no Brasil; Espaço Público; Internet; Mobilização social na rede

Abstract

This article aims to show how Facebook became a space for discussion and social mobilization during the protests occurred in June 2013 in Brazil. Our theoretical framework addresses the issue of Internet as a new public space, and the rising of new media and social mobilization on the web. In order to verify the theory in empirical terms we chose the 18th of June as a time frame, when there was the most expressive protests and occupations of public spaces across the country. Thus, we consider the posts on Facebook provided on the pages of the Brazilian channel Mídia Ninja. Using a specific methodology for analyzing web content, we used qualitative and quantitative methods to check the contents of images, themes, features, links, and language. We apply the same analysis grid in the comments of the posts. This study considers the ability of these elements of complexity. We conclude that social networking offers important tools for public debate and to the possibility of expanding the democratic space. However, the citizen and media need to use those channels and tools in a more critical and consistently way.

¹ Mestre em Comunicação e Jornalismo pela Universidade de Coimbra, Portugal. Jornalista formado pela Universidade da Amazônia, em Belém (Brasil). Possui pesquisas voltadas para os novos *media*, o Jornalismo e a Esfera Pública. Trabalha em projeto de pesquisa na Coventry University, no Reino Unido.

Key-words: June Journeys in Brazil; Public Space; Internet; Social Mobilization on the web

1. Considerações Iniciais

Em junho de 2013 assistiu-se a intensidade com que os brasileiros revoltaram-se contra a situação política, econômica e social na qual o Brasil se encontrava há anos. Parecia algo inesperado. O país que era manchete mundial por causa do crescimento econômico e da diminuição das desigualdades sociais, naquele momento, demonstrava ser um local instável, cheio de indignação. O que se percebeu é que o brasileiro guardava consigo uma série de insatisfações: contra o sistema político, contra as desigualdades que ainda assombram a vida de muitos, contra a má qualidade dos serviços públicos e a alta carga tributária. Estas foram algumas das questões que foram trazidas à tona com as revoltas populares que tomaram as ruas de cidades em todas as regiões do Brasil naquele mês.

As Jornadas de Junho, como ficaram conhecidas as manifestações, na verdade, não começaram em junho de 2013. Elas são resultado de um longo processo de mobilização social, que desencadeou diversos movimentos e culminou na explosão popular iniciou desde o dia 6 de junho daquele ano. A faísca que detonou, digamos assim, esta explosão foi o aumento das tarifas do transporte coletivo em São Paulo. Depois daí, uma série de questões provocaram ainda mais a indignação dos cidadãos, que se articularam através dos *sites* de redes sociais², que se revelaram "redes de indignação". As ruas foram tomadas. Os locais públicos, emblemáticos do poder executivo, legislativo ou judiciário, foram ocupados. Patrimônios foram alvos de vandalismo. Um cenário de guerra urbana.

Olhar para tudo isto nos suscitou a elaboração deste estudo. Como a rede social Facebook foi uma plataforma de discussão público em meio a esta revolta social? A pesquisa aqui realizada quer refletir os desafios que as investigações em Comunicação devem assumir a partir deste novo espaço público que se estrutura a partir do advento da *web*. As interações sociais, e aqui mostraremos especificamente as mobilizações de

² A denominação "*sites* de redes sociais" tem por base a definição de Boyd e Ellison (2008). Segundo esta definição, estes *sites* são plataformas que atraem milhares de usuários, que incorporam a rede nas suas atividades diárias. Os *sites* de redes sociais possuem diferentes potencialidades tecnológicas que irão abranger uma grande variedade de interesses e práticas entre os seus participantes.

movimentos sociais, passam agora acontecer em rede, de forma muito complexa e dinâmica.

É com o advento das tecnologias da comunicação que os cidadãos passam a viver, então, um novo contexto comunicacional. A Internet instaurou uma série de possibilidades de reconfiguração da sociedade. Os *media* tradicionais buscam um novo modelo de produção de difusão de conteúdos. Agora eles não estão mais no controle total do processo de comunicação. Diferentes atores, principalmente a sociedade civil, podem participar desta construção.

As relações sociais alteraram-se. Já não existe barreiras, ideia de espaço ou de tempo. A Internet torna o mundo um espaço onde se pode relacionar localmente e globalmente, ao mesmo tempo. A velocidade destas relações também impressiona. É difícil pensar o mundo com tantos conteúdos circulando ao mesmo tempo, numa rapidez tão grande, antes da Internet. O espaço público ganhou um novo *status*. No contexto digital, a sociedade tem a possibilidade de ampliar o processo democrático. Mas o fato é que a Internet está reconfigurando os movimentos sociais e potencializando as redes de indignação, que agora se desenvolvem por meio da articulação em rede.

Para então compreender como todas estas questões estão se passando no Brasil, vamos fazer o estudo de caso do dia 18 de junho das Jornadas de Junho de 2013. Este foi um dos dias mais marcantes para os movimentos sociais no país, pois foi quando grande parte das cidades brasileiras foram tomadas pela gente nas ruas, e tomados os locais mais significativos, como a fachada do Congresso Nacional, em Brasília. O estudo irá se basear, assim, na análise das publicações do coletivo Mídia Ninja (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação) na página do Facebook.

O Mídia Ninja é um meio de comunicação alternativo que ganhou força durante os protestos de 2013. Entender como se dá o surgimento dos *media* alternativos, por meio da produção colaborativa na Internet, também justifica a escolha do nosso *corpus* de análise. A partir disto será possível interpretar as relações que podem ser estabelecidas neste contexto em rede.

Optamos por uma metodologia mista, com métodos qualitativos e quantitativos (Herring, S.c. *et al.* 2006; Jennings e Zeitner, 2003). Elaboramos uma grelha para desenvolver análise de conteúdo específica para a *web*, por meio da qual direcionamos as nossas observações. A análise de conteúdo centrada nesta página nos dará uma amostra de como foi oferecido conteúdos para um debate no meio digital. O resultado

esperado do estudo, portanto, não é a identificação dos temas discutidos naquele dia no meio digital, mas sim identificar se foi (e como foi) estruturado um debate sobre os protestos daquele dia.

2. A Internet e as transformações do espaço público

A Internet e os aparatos tecnológicos, desde o fim dos anos 1980, transformaram-se ferramentas de emancipação individual com as quais o Homem poderia "dominar o tempo e o espaço" (Wolton, 2000: 77). Para Wolton, três características seriam importantes para o sucesso da rede: autonomia, domínio e rapidez. A partir delas, cada indivíduo tem o poder de "agir sem intermediários, quando quiser, sem filtro e nem hierarquia e, o que é mais importante, em tempo real".

Este é o pano de fundo do novo espaço público que passou a ser configurado a partir do avanço das telecomunicações e das tecnologias digitais, em especial a Internet. "Mais comunicação implicará mais liberdade. No século que começa, não é somente o ciberespaço que irá crescer, será também a ciberdemocracia" (Lévy, 2002: 23).

A nova configuração do espaço público é destaca por Lévy quando o autor pontua o desenvolvimento da comunicação humana através da escrita, assim como o surgimento dos livros, logo após o nascimento da imprensa, fez florescer uma nova era, onde os conteúdos passariam a circular cada vez mais na sociedade. O surgimento destes avanços "permitiu a edificação dos Estados-nação" e das opiniões nacionais, "graças a uma esfera pública inicialmente estruturada pelos jornais e, depois, pela rádio e pela televisão" (*Ibid*: 29).

Mais recentemente a opinião pública tem ganhado características cada vez mais globais. O advento da rede, que integra todos os outros *media* anteriores num meio de comunicação muito mais interativo e original, leva ao nascimento deste novo espaço público. De acordo com o autor de *Ciberdemocracia*, este novo espaço redefine radicalmente as condições de governação e novas formas de ação política.

A emergência da Internet, nomeadamente o "ciberespaço", alterou substancialmente a conversação coletiva na sociedade, por meio da qual se elucidam ideias e se distribuem opiniões. Neste processo, como já vimos, os *media* têm papel fundamental. Contudo, este papel é alterado nesta nova configuração do espaço público.

Lévy considera que estas transformações podem ser analisadas a partir de três grandes linhas de desenvolvimento: (I) o declínio do caráter territorial dos *media* e a sua crescente dependência face a comunidades virtuais; (II) a convergência entre suportes mediáticos; (III) o crescente empoderamento mediático dos atores sociais a partir dos novos *media*.

Dentro desta perspectiva, Lévy (2002: 50) chama-nos a atenção para o fato de que a relação com a vida pública está sendo profundamente alterada devido a esta nova dinâmica de interação.

O internauta convoca a imagem dos agentes sociais conforme a sua conveniência. (...) Já não são os agentes da vida pública que entram na nossa vida privada por intermédio da televisão. Pelo contrário, é pela nossa iniciativa que são convocados ao ecrã do computador.

Manuel Castells, em seu *Comunicación y Poder* (2011), afirma que a sociedade contemporânea pode ser caracterizada pela proliferação de aparatos portáteis tecnológicos que proporcionam uma capacidade informática e de comunicação sem precedentes. Estas condições permitem que os cidadãos e organizações interajam a qualquer momento, de qualquer lugar. Castells observa as profundas alterações que ocorreram no espaço público contemporâneo a partir do advento da Internet e das redes interativas de comunicação. O desenvolvimento da *web* reconfigurou as relações de poder entre os *media* e o Estado, assim como com os cidadãos. O controle da comunicação passa a ser exercido também pelo contra-poder, isto é, pelos movimentos sociais contra o poder centralizador do Estado e dos meios de comunicação tradicionais.

Esta nova configuração do espaço público é denominada por Castells (2011: 24) como "sociedade em rede". Como o autor mesmo explica, a "sociedade em rede" é "a estrutura social que caracteriza a sociedade no princípio do século XXI, uma estrutura social construída por meio das redes digitais de comunicação"³.

O espaço público alargou-se, pois a sociedade em rede é formada por relações globais, nacionais e locais, que independem do conceito de espaço e de tempo. Por conta desta realidade, ao invés de identificar limites territoriais para os espaços públicos atuais, o autor considera relevante identificar as redes de influência sócio-especiais que configuram a sociedade.

³ Tradução livre feita pelo autor desta artigo.

Castells (*Ibid*: 45) entende por "rede" um conjunto de "nós" interconectados. Estes "nós" podem ter maior ou menor relevância, mas todos são importantes para o funcionamento da estrutura da rede. Na vida social, ou no espaço público, estas redes podem ser interpretadas como estruturas comunicativas, por onde se processam fluxos de informação, que podem correr por meio dos diferentes "nós" e redes.

Por causa do avanço tecnológico e do surgimento da Internet, Castells afirma que novos atores e novos conteúdos puderam fazer parte desta organização social contemporânea. Nesta sociedade em rede, global, nem toda gente participa das redes de comunicação, contudo, todos são afetados pelas questões que se originam nas redes globais desta nova estrutura social.

Neste contexto de profundas alterações no fluxo de informações no espaço público, o Estado também se reconfigurou na medida em que assumiu novas relações políticas e econômicas que lhe proporcionam poder de influenciar os fluxos globais de conteúdos e capital. Como frisa o próprio autor, "o atual processo de tomada de decisões políticas opera numa rede de interação entre instituições nacionais, supranacionais, internacionais, regionais e locais que alcançam as organizações da sociedade civil" (*Idem*). A forma como se organiza o poder político também influencia na configuração do novo espaço público.

Dentre as características deste novo espaço público está a "autocomunicação de massas". Este termo grifado por Castells quer significar que as mensagens produzidas por meio dos novos *media* são fruto da comunicação de massas, uma vez que podem chegar a uma audiência global inimaginável. E é "autocomunicação" porque um único indivíduo gera conteúdos, define os possíveis receptores e seleciona as mensagens ou conteúdos da rede que quer ter acesso. Assim, Castells afirma que as três formas de comunicação (interpessoal, comunicação de massas e autocomunicação de massas) coexistem, relacionam-se e, mais do que substituir uma a outra, completam-se.

É interessante observar que, conforme Castells notou, à medida que os cidadãos vão incorporando novas formas de comunicação, eles constroem seu próprio sistema de comunicação de massas por meio de SMS, *blogs*, *podcasts*, *sites* de redes sociais etc. Todas estas transformações no espaço público alteraram a forma como o processo democrático de deliberação acontece.

Com as novas tecnologias da comunicação, hoje o espaço público de deliberação encontra-se totalmente ampliado, abrigo também, segundo Marcondes (2007),

"diversão, lazer, ócio, contatos pessoais, profissionais e outros", permitindo a "percepção de dilemas coletivos, o reconhecimento da diversidade de pontos de vista e o exercício da liberdade de expressão". Não há mais, pois, uma esfera pública como a concebida por Habermas, na qual a igualdade era essência e os objetivos e reivindicações eram comuns. Este espaço de deliberação foi reconfigurado.

Goode (2005), que defende a ideia de uma Esfera Pública em *bits*⁴ e faz críticas sobre a esfera pública habermasiana, afirma que a partir dos novos *media* a comunicação entre cidadãos, bem como entre cidadãos e instituições, foi facilitada. Ele considera que indivíduos comuns passaram de meros receptores para participantes do debate social, que foi redescoberto com o renascimento do diálogo, da interação.

De acordo com Oliveira (2012: 223), o surgimento dos novos *media* permitiu mudanças na relação do Estado com a sociedade e, especialmente, novas relações da sociedade com o Estado. A articulação em rede, segundo o autor, gera efeitos políticos mais perceptíveis. Este novo espaço público virtual resultaria de uma emancipação que valorizou a liberdade individual, a expressão de opiniões, e que permite agentes de diferentes camadas sociais dialogarem entre si. "O espaço virtual passou a permitir maior interação política, algo que pela mídia tradicional esteve, por muito tempo, atrelada a uma noção de dominação e/ou mero entretenimento".

Oliveira considera que o aumento nas interconexões em rede conduz ao crescimento comunicacional onde os grupos sociais e os indivíduos também passaram a produzir conteúdos, deixando de se ser apenas consumidores dos *mass media*. Oliveira (2012) utiliza o conceito de *cibercidadão* para descrever este indivíduo que "pode se juntar a outros usuários da rede para obter novas percepções sobre os acontecimentos que estejam sendo ocultados pelo governo ou pela mídia". Além disso, este *cibercidadão* pode se manifestar através dos novos *media* em relação a esses acontecimentos que lhe causam insatisfação ou vontade de debater com outros indivíduos. Como ressalta Rodrigues (2006 *apud* Oliveira, 2012: 224): "(...) Os cidadãos sentem-se motivados para debater e dar a sua opinião sobre causas públicas" por meio da Internet, "algo que parecia estar adormecido".

⁴ *Bits* é a palavra em inglês que representa a menor unidade de informação que pode ser transmitida em meio digital.

Esteves (2003) trabalha a ideia de que a Internet reativa o espaço público, nomeadamente, por reforçar de forma mais consistente as suas redes de comunicação, representadas por maior extensão, mais participação, melhor informação, fluidez e bidirecionalidade. Este potencial democrático, no entendimento do autor, pode solucionar alguns problemas enfrentados pela esfera pública, como, por exemplo, a não circulação de informação, que enfraquece a deliberação.

A *web* faculta a informação de forma mais fácil e igualitária, o que favorece o processo deliberativo, na medida em que este é indissociável de práticas de discurso, que necessitam de informação para serem construídas. Esteves (2003) aponta ainda a capacidade comunicacional e interativa como os dois principais contributos que a Internet oferece para a estruturação de uma esfera pública.

Mesmo com todas as ferramentas de interação disponíveis, a tecnologia não é capaz de "transformar o cidadão pacato num ativista social", e também não determina a intensidade da interação comunicativa, muito menos a reflexão crítica, necessária para o processo deliberativo. As potencialidades dos novos *media* na rede devem ser vistas associadas às motivações dos próprios atores sociais e ao processo de comunicação estabelecido entre eles. Marcondes (2007) ressalta que "a atitude cívica por meio de tecnologias móveis não é fruto da tecnologia, mas de uma possível transformação no pensamento social".

Castells (2011: 53) evidencia que a sociedade em rede, ou esta interação entre cidadãos através dos novos *media*, depende da capacidade dos atores sociais em seus diferentes contextos para atuar nestes espaços, modificando-os de acordo com os seus interesses. "A sociedade em rede global é uma estrutura dinâmica, altamente maleável às forças sociais, à cultura, à política e às estratégias econômicas".

Esteves (2003: 190) fala que são necessárias políticas de formação dos cidadãos para as novas tecnologias da comunicação, e reforça que a falta de articulação não pode ser creditada à Internet, mas à própria sociedade civil. "Mesmo assim, esta situação pode sempre ser considerada como potencialmente reversível, dependendo a sua alteração (...) da própria sociedade (da sua força e vitalidade)".

Golding e Murdock (1991) propõem uma análise a partir da economia, que toma por base a capacidade financeira da população e traça uma ponte entre a economia e a política sobre a produção da cultura e da informação pelos meios de comunicação, bem como o acesso do público a esses produtos.

Nesta ótica, a análise precisa considerar que, para consumir esses bens transmitidos pelos *media*, a sociedade enfrenta barreiras (culturais e materiais). Na medida em que a série de equipamentos eletrônicos necessários para aceder a esses conteúdos cresce, aumenta também a demanda por recursos privados para fazer parte desta dinâmica. O consumo, assim, passa a ser governado pela disponibilidade de renda das famílias. Falando especificamente da Internet, que exige do cidadão uma conexão, que na maioria das vezes precisa ser paga, e equipamentos necessários para acessar a *web*, o processo deliberativo torna-se um pouco menos provável para uma parcela da população mundial, já que nem todos têm condições financeiras de manter a estrutura necessária.

Diferente desta corrente de análise, Esteves (2003: 195) pontua as potencialidades da Internet para a constituição de uma esfera pública. Segundo ele, a rede não resolverá todos os problemas da democracia, bem como não poderá assegurar as condições de uma discussão pública e processo deliberativo perfeitos. No entanto, o autor considera que os novos *media* reúnem condições que possibilitam um certo aperfeiçoamento das práticas deliberativas, através da comunicação pública, a circulação facilitada de informação e a interação social mais fluidificada, que são "politicamente relevantes", nas palavras de Esteves, para o desenvolvimento da esfera pública. "É graças às novas tecnologias que a participação dos cidadãos na vida pública se pode tornar mais directa e a sua influência nos processos de decisão política mais efectiva".

3. Novos tempos, novos atores sociais

Ao iniciar os estudos sobre a relação dos movimentos sociais com os meios de comunicação notamos que é preciso ter em mente que existem dois momentos que influenciarão neste processo comunicativo: o antes de o depois do advento e popularização da Internet. De fato, antes de os cidadãos e, conseqüentemente, as organizações da sociedade civil terem acesso à rede, as mensagens das mobilizações sociais dependiam quase que exclusivamente do espaço oferecido pelos *media* tradicionais.

Por esta razão, os movimentos sociais precisam ter a capacidade de conquistar a agenda dos *media*. Esta situação passa também pela necessidade de os movimentos fazerem face contra o poder das elites políticas e econômicas que monopolizam os códigos simbólicos e têm o poder de organizar e decodificar as mensagens das mobilizações (Cabo, 2008).

Nesta perspectiva, os *media* estão posicionados justamente na assunção deste monopólio, pois a sua mediação é de ordem simbólica; e na organização de seus discursos utilizam padrões e critérios de interpretação, apresentação e seleção a partir dos quais são elaborados os enquadramentos noticiosos. São estes enquadramentos que irão representar os movimentos sociais e, por isso, é importante garantir que a cobertura dos *media* favoreça a imagem da mobilização no espaço público.

A luta pelo espaço na sociedade mediatizada é intensa se olharmos a partir dos meios de comunicação, pois existe o papel dos profissionais dos *media* que filtram informações e produzem quadros interpretativos. Maia (2006) afirma que, no jogo para influenciar esses enquadramentos, os movimentos da sociedade civil precisam utilizar estratégias que garantam o controle da percepção dos eventos públicos e as questões-chave dos acontecimentos, caso contrário a classe política assumirá este controle.

Este é, segundo Maia, o primeiro passo para vencer a barreira da invisibilidade no fórum de debate cívico constituído pelos *media*. Somente desta maneira os atores e seus discursos adquirem "existência pública" para além de seu meio local e de suas comunidades partilhadas, pois, para ser minimamente eficiente no processo de deliberação, um interlocutor precisa ter a capacidade de iniciar um diálogo público sobre um dado assunto, de tal maneira que ele receba a consideração dos demais. Se tal escopo de comunicação não pode ser alcançado, então a questão não se torna um problema público.

A relação que os movimentos sociais desenvolvem com os meios de comunicação, então, é mesmo assimétrica, e se traduz na maior parte dos casos numa relação de dependência dos primeiros em relação aos segundos. É a partir dos *media* que os movimentos sociais terão as suas agendas transmitidas para a opinião pública. Gansom e Wolfsfeld (1993) afirmam que se um evento organizado pelos movimentos sociais não tiver a cobertura dos *media* acabará por ser um "não-acontecimento", pois não chegará ao conhecimento da sociedade.

Diversos recursos são utilizados pelos movimentos para conseguir chamar a atenção dos *media*, acontece que nem sempre a atenção dada corresponderá às expectativas da mobilização. E isto vai depender, é claro, do tipo de estratégia adotada. No intuito de conseguir chamar atenção dos meios de comunicação e se enquadrar nos critérios de noticiabilidade⁵ utilizados pelos jornalistas para a produção da notícia, os movimentos sociais optam por ações que causam "espetáculo", às vezes até mesmo protestos violentos. Estas

são, no entanto, estratégias que têm um preço: em nome da cobertura mediática, a mensagem e os objetivos dos movimentos são (...) relegados para o segundo plano e a imagem dos movimentos surge muitas vezes aos olhos da opinião pública como uma imagem de violência (Cabo, 2008: 12).

É preciso considerar os *media* com um fórum de visibilidade especial: tem a pretensão de ser público, mas simultaneamente é privado, dividindo-se entre os interesses de empresa privada e de participante do bloco hegemônico do poder público e político. Por conta disto, é preciso intervir ao nível da produção mediática, pois "somente um controle público democrático dos meios de comunicação privados ou estatais poderá permitir que estes avancem no sentido de se tornarem efetivamente esfera de visibilidade pública, da opinião pública", ao invés de uma esfera de "visibilidade da opinião de privados que se dirigem ao público" (Almeida, 1998).

Como consequência deste controle por parte da sociedade civil, para além das estratégias dos movimentos sociais, é indispensável ainda que os cidadãos consigam fazer uma leitura mais independente das informações codificadas na produção (Hall, 1980). Esta leitura permitirá a formação de uma opinião própria, e, participando do processo de deliberação, poderão até mesmo influenciar a produção mediática.

Segundo Castells (2011), é no espaço público que florescem os movimentos sociais e políticos. Este espaço é o lugar da interação social, onde as ideias e os valores se constroem, se transmitem, se fortalecem. O espaço público, em muita das vezes, na perspectiva do autor, pode se converter no palco para a ação dos atores sociais.

⁵ Para Traquina (2007), considerando as bases teóricas de Wolf (2009), os critérios de noticiabilidade são valores-notícia e podem ser separados em dois grandes grupos: os de seleção dos fatos e os da formulação das notícias. Para o autor, são critérios de noticiabilidade relacionados à seleção dos acontecimentos: morte, notoriedade, proximidade, relevância, novidade, tempo, notabilidade, inesperado, conflito, infração, escândalo, disponibilidade, equilíbrio, visualidade, concorrência e dia noticioso (dias em que acontecimentos com pouca noticiabilidade são considerados notícia, devido ao fato de esse dia ser "pobre" de fatos com alto potencial jornalístico). Já os valores-notícia de construção da informação são: simplificação, amplificação, relevância, personalização, dramatização e consonância.

Mas o espaço público hoje, como anteriormente escrevemos, está em transformação. A globalização está reestruturando profundamente as nossas formas de viver. Não se trata apenas de um processo que diz respeito aos grandes sistemas ou à ordem financeira mundial. A globalização deve ser analisada a partir de um prisma com diferentes perspectivas, tal como realizou Giddens (2000), para quem este fenómeno mundial influencia aspectos pessoais e íntimos das nossas vidas.

Neste sentido, este complexo processo de "mundialização" da cultura, das identidades, traz desdobramentos ainda mais complexos para serem percebidos, tais como entender como a comunicação está configurando na contemporaneidade as relações e os acontecimentos sociais. Assim, o processo de mobilização social por meio dos *media* também passará por transformações.

Para Giddens (1992: 50), a globalização conduz à intensificação das relações sociais globais, que ligam localidades distantes, de tal maneira que as ocorrências locais são moldadas por acontecimentos que se dão a muitos quilômetros de distância e vice-versa. E é fundamental perceber que são os *media* que estão configurando boa parte destas relações.

Cabo (2008) chama-nos atenção para o fato de que a globalização veio desafiar a soberania dos Estados-nação ao colocá-los perante a abertura de fronteiras e o reforço da intervenção da sociedade civil, nomeadamente através do papel que tem sido desempenhado pelos movimentos sociais. A democracia deverá ser repensada num contexto além-fronteiras, as identidades culturais terão que ser reforçadas, a sociedade terá cada vez mais de se questionar a si própria num processo de reflexividade.

É indispensável no processo da globalização e de construção dos movimentos sociais a capacidade de o cidadão se diferenciar do resto do mundo e, ao mesmo tempo, ser reconhecido por ele, por meio de uma definição de "nós" do movimento e dos "outros", aqueles contra a ação é dirigida.

Para observar de que forma se dá a diferenciação entre a constituição de um "nós" e dos "outros", é possível utilizar duas vertentes teóricas, uma americana e outra europeia. A primeira, denominada Teoria da Mobilização de Recursos, tem a ver, principalmente, com as condições nas quais se fundaram os movimentos sociais e como se relacionam de forma estreita com o poder político. A segunda vertente, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais, com embasamento teórico mais europeu, dá ênfase no

sentido de como surgiram os movimentos sociais, centrando a análise mais na questão da identidade.

Se olharmos a partir do primeiro enquadramento teórico, para o qual daremos prioridade, é interessante perceber a relação ambivalente entre os movimentos sociais e o Estado. Ao mesmo tempo em que buscam se distanciar das instituições políticas, garantindo uma certa independência para as suas ações, os movimentos não conseguem se desvencilhar por completo do apoio estatal.

Apesar desta relação ambivalente, as ações dos movimentos sociais contemporâneos são profundas ao propor, por exemplo, novas abordagens de democracia e uma extensão do próprio conceito de cidadania. Paralelo ao conceito de democracia representativa, surgem formas de democracia direta que chamam os cidadãos a discutirem e a pronunciar-se no espaço público sobre as questões levantadas pelos movimentos.

É no contexto comunicacional permitido pela globalização e, conseqüentemente, pela rede, que os problemas atuais serão socializados e as diferentes formas de democracia - que o próprio Estado deve estimular - irão conviver. Assim, a cidadania já não pode ser entendida apenas como um conjunto de direitos civis e políticos, mas, na Era da informação, este conceito deve ser abordado de um ponto de vista coletivo. E aí vem a questão que falávamos anteriormente, a de que neste período os indivíduos passam a ser mais reflexivos, e questionam o seu papel enquanto cidadãos e enquanto sociedade. Estes pontos de vista serão expostos no momento em que o cidadão é chamado para intervir na vida pública, pronunciando-se sobre os problemas sociais (Cabo, 2008). É importante ressaltar que estas diferentes formas de democracia são viabilizadas pela interação de diversos "subpúblicos" e diversas identidades individuais e coletivas no espaço público.

Cada vez mais mediatizado, o espaço público é o local onde se articulam a sociedade civil e o sistema político institucional. Um espaço que, como frisa Isabel Cabo (2008), se apresenta distante da esfera pública habermasiana, que de certa forma envolve uma concepção elitista a este espaço de discussão. Além disso, a esfera pública de Habermas é claramente marcada por uma separação entre Estado e sociedade civil, entre o público e o privado, conceitos que, como temos visto, têm se relacionado cada vez mais no espaço público em que se vive na Era da Internet. Isto é, as organizações privadas começam a assumir características do poder público, o Estado começa a

penetrar no domínio do privado, e os participantes do espaço público passam a assumir cada vez mais uma postura coletiva, ao invés de permanecerem numa dimensão individual, o que facilita a atuação dos movimentos sociais.

Para Schmidt e Cohen (2013: 17), o impacto mais significativo das novas tecnologias na sociedade é a forma como contribuirá para "a transferência de poder do Estado e das instituições para os indivíduos". Esta transferência de poder significa novas oportunidades para os cidadãos participarem da vida pública, assim como novas ferramentas para cobrar respostas do Estado. "Os governos autoritários sentirão maiores dificuldades em controlar, reprimir e influenciar as respectivas e recém-conectadas populações, enquanto os Estados democráticos se verão forçados a considerar muito mais vozes".

O papel dos movimentos sociais, então, deve ser voltado para a perpetuação de novas formas de politização, chamando os cidadãos a participarem do debate público. É daí que os conceitos de coletividade poderão ser relevantes para a mobilização alcançar o objetivo pretendido.

Com o advento e popularização da Internet, aquela relação de dependência entre os movimentos sociais e os *media* já não é tão marcante. Aquele contexto de busca pelo enquadramento perfeito para conquistar a agenda dos meios de comunicação é reduzido pelo potencial democrático da rede a partir dos novos *media*. No espaço público contemporâneo, o próprio público poderá marcar a agenda mediática, revitalizando assim o papel dos movimentos sociais e da sociedade civil que cada vez mais é chamada para assumir o protagonismo na esfera social, e não mais as elites.

4. A cobertura do Mídia Ninja no dia 18 das Jornadas de Junho

O coletivo Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação, ou Mídia Ninja como ficou conhecido, é um *medium* alternativo. O projeto surgiu em 2011 por meio do Pós-TV, um canal digital do circuito Fora do Eixo⁶. Naquele mesmo ano, foram

⁶ O circuito Fora do Eixo é uma rede de coletivos culturais que começou a atuar no Brasil em 2005. Esta rede colaborativa utiliza a economia solidária, o associativismo e o cooperativismo como meio para viabilizar as suas ações. Desde a fundação, o Fora do Eixo conseguiu expandir-se para todo o Brasil, onde já possui mais de 200 espaços culturais e 2 mil agentes culturais. Mais informações estão disponíveis na página do coletivo <<http://foradoeixo.org.br/>>.

desenvolvidas diversas coberturas de forma colaborativa, como a Marcha da Maconha e a Marcha da Liberdade em várias cidades do Brasil. Todas elas serviriam de experiência para a formação do Ninja.

Apesar do projeto já ter sido pensado, foi em março de 2013 que o Mídia Ninja passou a funcionar. O grupo ganhou notoriedade durante as manifestações das Jornadas de Junho. As transmissões ao vivo, "sem cortes e sem censura", direto das ruas, atraiu olhares e a admiração de milhares de internautas pelo Facebook e Twitter. Tudo feito a partir de conexões 3G, com celulares e outros equipamentos portáteis.

Até a época das manifestações, todos os conteúdos produzidos pela rede dos Ninja eram divulgados a partir do Facebook ou Twitter. O coletivo ainda não possuía um *website*⁷. Em quatro meses na rede social (desde março), no mês de junho de 2013, quando a cobertura dos protestos foi intensificada, o perfil do coletivo já havia conquistado 120 mil seguidores. As funcionalidades da rede social permitiram uma interação muito maior com os internautas, como veremos a seguir na nossa análise. Atualmente, no Facebook, o coletivo tem 268 mil seguidores⁸. A maioria deles está no Rio de Janeiro e tem idade entre os 24 e os 34 anos, segundo informação no perfil do Facebook.

É interessante perceber que o Mídia Ninja surge num contexto de expansão de novos movimentos sociais e de descentralização da comunicação. Malini (2014) afirma que o Mídia Ninja faz parte da nova "grande mídia". Esses novos espaços surgiram para se antagonizar com a grande parte dos setores dos veículos de comunicação de massa, mas, principalmente, para construir uma narrativa de dentro das manifestações, disputando o passado com as narrativas tradicionais da imprensa. "Essa 'grande mídia' não parece ser dialética, não mais depende de qualquer sistema de comunicação de massa para se constituir".

Para construir a nossa pesquisa optamos por fazer uma análise de conteúdo específica para *web* no perfil dos Ninja no Facebook. Essa análise é proposta por Susan Hering (2006), que desde o início dos anos 2000 trabalha com análise de *blogs* e *sites* de redes sociais. Baseamo-nos, então, numa grelha de análise que contempla

⁷ O *website* do Mídia Ninja entrou no ar em fevereiro de 2014, em parceria com uma rede mundial de produção colaborativa de informação - a Oximity < <https://ninja.oximity.com>>. Mais detalhes sobre a parceria e ambas as redes estão disponível no link <<https://www.oximity.com/article/M%C3%ADdia-Ninja-e-Oximity-Um-passo-ad-2>>.

⁸ Informação de maio de 2014, no perfil Mídia Ninja, no Facebook.

especificamente os conteúdos da *web* (Herring, S.c. et al. 2006; Jennings e Zeitner, 2003). Assim, buscaremos analisar as publicações feitas sobre as manifestações das Jornadas de Junho no dia 18 de junho, e nelas o conteúdo das imagens, as temáticas, as características, os *links* (se havia informação adicional ou não), e a linguagem (se estimulou, por exemplo, a estruturação do debate entre os internautas do Facebook). O estudo leva em consideração a capacidade de complexificação das publicações (se incluem informação, e com várias fontes, para subsidiar o debate).

Da mesma forma, para elucidar a nossa questão central - que é acerca da estruturação da esfera pública na rede social - aplicamos a mesma grelha de análise aos comentários das publicações daquele dia sobre as manifestações, com objetivo de verificar o nível de interação e troca de argumentos (se os internautas mostravam-se engajados e motivados ao debate), informações (*links*), sobre os protestos entre os usuários da rede social. É importante ressaltar que a identidade dos usuários será preservada nas amostras desta pesquisa. Para melhor perceber estas questões nos comentários, criamos duas categorias de classificação:

- Comentário Críticos - que contribuem para o debate, com argumentos que acrescentam mais conteúdo à discussão;
- Comentários Não-Críticos - que são dispensáveis do debate; vazios; sem crítica.

Relativamente às temáticas encontradas nos comentários, vamos apresentar os temas mais abordados. Além dos métodos qualitativos de análise do discurso e da imagem destas postagens, buscamos utilizar métodos quantitativos para termos noção do volume de conteúdos num dos dias mais intensos das Jornadas de Junho, o 18 de junho.

O nosso objetivo é perceber como a rede social pode ser um local de debate, e, assim, refletirmos sobre as transformação no espaço público. Por isso escolhemos a metodologia acima, que, para além do panorama quantitativo, nos oferecerá uma visão qualitativa da discussão que foi estruturada.

No dia 18 de junho o Mídia Ninja continuou com a cobertura colaborativa que já estava desempenhando desde o início das Jornadas de Junho, no dia 6. Foram realizadas 28 publicações sobre as manifestações naquele dia. As postagens abrangiam os protestos que estavam ocorrendo em São Paulo (11), São José do Rio Preto (2), no

interior paulista, Poços de Caldas (1), Juiz de Fora (1) e Viçosa (1), no interior de Minas Gerais, Rio de Janeiro (4), Belém (1), Maceió (1) e, finalmente, na capital federal, Brasília (6). Em todas elas, foram abordadas duas grandes temáticas: as passeatas realizadas nas cidades e a redução das tarifas do transporte público.

As postagens do Mídia Ninja aconteceram numa lógica de boletim de notícias. Uma vez que na época da nossa análise o coletivo não possuía página na Internet, contava apenas com os perfis no Twitter e Facebook, as informações eram divulgadas em textos curtos nas redes sociais, e sempre com a valorização das imagens. A linguagem utilizada pelos colaboradores para transmitir as mensagens também é interessante. Na maioria dos textos encontramos termos que oferecem instantaneidade à informação. Como nesta publicação sobre a manifestação em São Paulo:

Figura 1 - Linguagem do Mídia Ninja favorece o factual



"Brasil nas ruas. São Paulo reúne, nesse momento, milhares de pessoas contra o aumento na tarifa do transporte público", diz a mensagem. É perceptível que o enunciado ("nesse momento") reforça o imediatismo intrínseco à cobertura dos Ninja, que privilegia o factual. O que justifica o formato das publicações é o fato de a maioria delas ter acontecido em tempo real, direto das manifestações, por meio de dispositivos móveis e conexão 3G. É possível perceber isto também pelas fotografias, pois a maioria delas são feitas de "dentro" das passeatas.

É interessante destacar a influência que a linguagem do Mídia Ninja recebe de movimentos sociais de fora do Brasil, principalmente o Occupy. "Ocupar", na cobertura dos Ninja, foi uma palavra de ordem utilizada diversas vezes, seja como verbo ou substantivo. "Ocupação do Congresso Nacional" era o título da imagem mais comentada neste dia, e representa esta nossa observação.

Outro elemento que marca a linguagem do Mídia Ninja é o uso das *hashtags*. Além das que já eram usadas de forma generalizada nas redes sociais, na *fan page* colaborativa verificamos *hashtags* regionais como #BelémLivre, e a outras criadas para dinamizar a cobertura: #Congresso, #VerásQueUmFilhoTeuNãoFogeALuta (fazendo referência ao Hino Nacional brasileiro), #PasseLivre etc.

Observamos uma dificuldade de apresentarem novas informações sobre os acontecimentos durante a cobertura. Nas publicações sobre as manifestações em Brasília, por exemplo, não havia novidade, a não ser as fotografias que ilustravam as quatro diferentes postagens sobre a mobilização na capital federal. Em cada uma delas, via-se em ângulos diferentes a multidão ocupando a fachada do Congresso Nacional. Assim ocorreu com as publicações de outras cidades (São Paulo, Rio de Janeiro e São José do Rio Preto). Muitas delas não traziam informação nova, mas sim um novo cenário, em fotos, dos protestos.

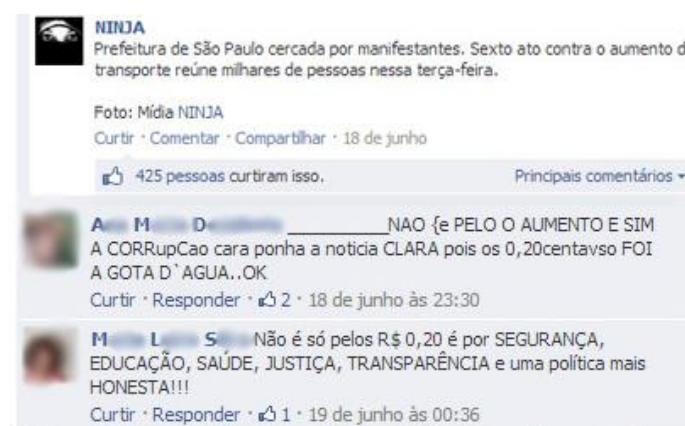
As constantes atualizações, apesar de trazerem pouca informação nova, demonstram que as manifestações eram acompanhadas por diversos colaboradores, em diferentes cidades e pontos das passeatas. De todas as maneiras, a abrangência da cobertura mostra que a rede colaborativa já estava a quase todas as regiões do Brasil.

No total, nas 28 publicações, contabilizamos 395 comentários, 14.354 *likes* e 17.110 compartilhamentos. As temáticas que identificamos nestes comentários foram: violência policial, vandalismo, corrupção, tarifa do transporte coletivo, saúde, educação, segurança, PEC 37 e Copa do Mundo.

Do total dos comentários, consideramos 68 como "críticos" e 327 como "não-críticos". Na maioria dos comentários os internautas demonstraram a indignação que sentiam com a então situação política, econômica e social do Brasil, assim como o entusiasmo que sentiam pelas manifestações que percorriam as ruas do país. Porém, uma quantidade significativa dessas opiniões eram expressadas com comentários vazios, sem argumentação nenhuma.

Embora uma grande quantidade dos comentários tenham sido sem relevância, do ponto de vista do debate público, alguns que classificamos como críticos se destacaram na nossa observação. É o caso, por exemplo, dos comentários que questionaram a cobertura feita pelo Mídia Ninja. Em São Paulo, de acordo com os Ninja, uma manifestação acontecia em frente a sede da prefeitura por causa do aumento da tarifa dos coletivos. Mas, para os internautas, a informação estava equivocada, pois os protestos aconteceriam por um conjunto de insatisfações.

Figura 2 - Internautas questionam informação do Mídia Ninja



Numa outra postagem, também sobre as manifestações na capital paulista, a rede informava que os manifestantes tinham sido "recebidos" pelos policiais com bombas de gás lacrimogêneo na porta do palácio do governo do Estado. Contudo, vários internautas desmentiram a informação dos Ninja. Segundo eles, os manifestantes não foram "recebidos" com bombas de gás, conforme foi informado. As bombas teriam sido usadas pela polícia em alguns indivíduos que praticavam o vandalismo. Esses comentários serviram para percebermos que o discurso maniqueísta (manifestantes indefesos *versus* polícia fortemente armada) não é exclusividade dos *media* tradicionais, mas que os alternativos também o utilizam.

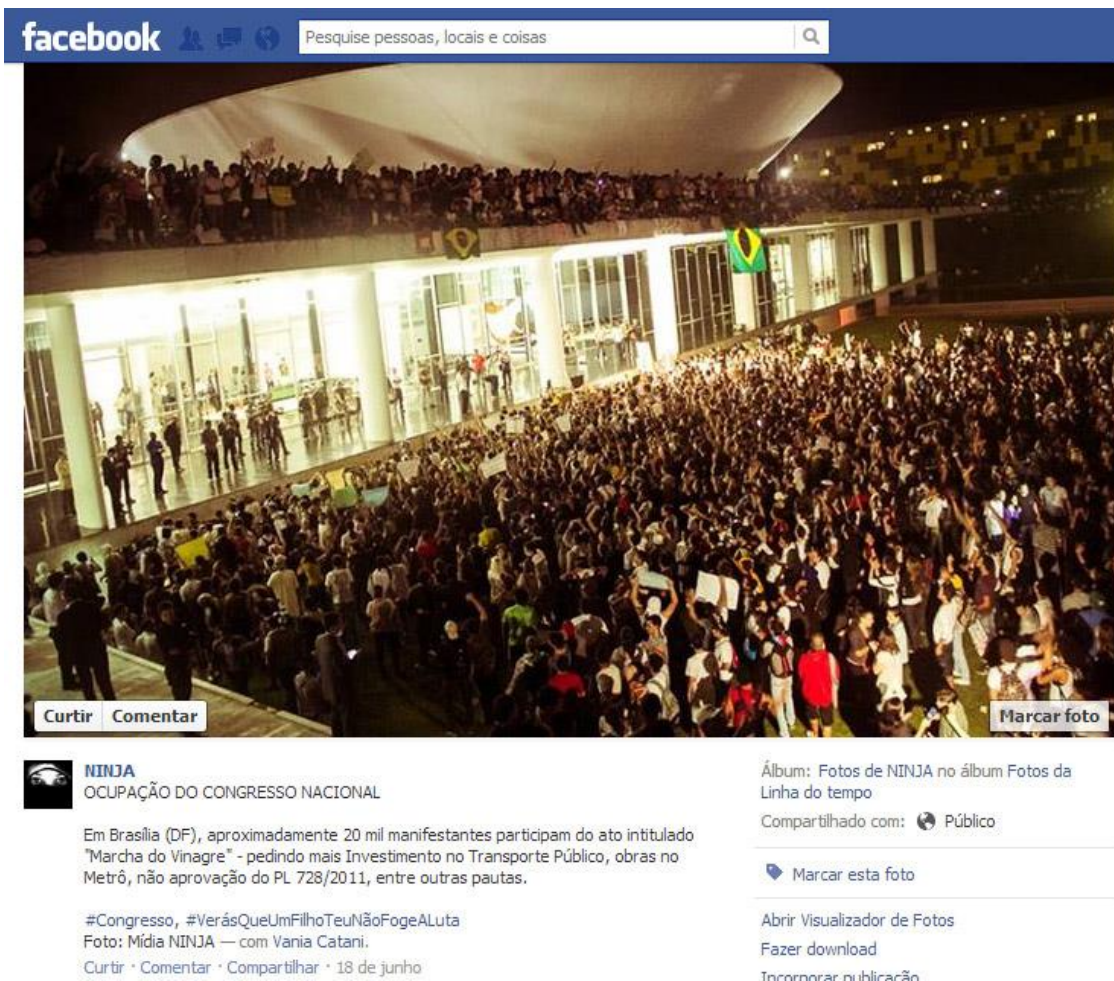
Figura 3 - Internautas desmentem informação divulgada pelo Mídia Ninja



Houve comentários que colocaram propostas para não "enfraquecer" a mobilização. A exemplo, a internauta que alertou para a necessidade de isolar os manifestantes dos "arruaceiros", que, segundo ela, seriam contratados por partidos políticos para desmobilizar os cidadãos. Outro sugeriu a elaboração de uma lista de reivindicações, para que os movimentos não perdessem força caso conseguissem a redução das tarifas de transporte coletivo.

Na publicação mais comentada, o que chamava a atenção, além da palavra "ocupação" em letras maiúsculas, era a imagem dos manifestantes por todos os cantos da fachada do Congresso Nacional, em Brasília.

Figura 4 - Publicação sobre a "ocupação" do Congresso Nacional em Brasília



A cena da fachada do congresso ocupada por manifestantes surpreendeu muitos brasileiros. Os usuários da rede deixavam transparecer essa surpresa e, até mesmo, o orgulho que estavam cultivando pelo movimento.

Figura 5 - Internautas expressam orgulho pelas manifestações



Na mesma publicação, muitos questionaram a cobertura feita pelas emissoras de televisão. A análise revelou também a participação de estrangeiros nos comentários. De Portugal, um internauta disse que estava acompanhando a cobertura e mandou seu apoio aos manifestantes.

Figura 6 - Internauta acompanha a cobertura do Mídia Ninja diretamente de Portugal



Apesar de não ter a edição de um meio de comunicação tradicional, o Mídia Ninja, como todo e qualquer canal emissor de comunicação, possui uma linha editorial e isto ficou esclarecido quando olhamos para a relação maniqueísta que a rede tentou construir em algumas publicações, favorecendo a imagem dos manifestantes e colocando a Polícia como vilã. A participação dos internautas, neste sentido, foi muito relevante, pois compartilharam outros pontos de vista e informações, para questionar este tipo de cobertura e torná-la mais equilibrada.

5. Conclusão

Ao refletirmos sobre o nosso questionamento inicial, sobre a estruturação da esfera pública no meio digital, a partir desta pesquisa, e tendo como base as correntes teóricas aqui visitadas, é seguro afirmar que a rede social é uma plataforma de comunicação que oferece uma série de ferramentas e funcionalidades para que o cidadão consiga estabelecer um ambiente de argumentação. Mas a tecnologia não fala por si só, mas depende da ação e da intenção dos indivíduos para funcionar em todo o seu potencial. A grande quantidade de comentários "fúteis" mostra que estas ferramentas devem ser utilizadas de forma mais crítica pelos internautas.

Na rede social, novas dinâmicas de produção e difusão de conteúdos e participação popular são estabelecidas. Os cidadãos buscam por conta própria estruturar os seus canais de informação. Cada vez mais críticos, agora, na rede, os internautas discutem, participam e difundem conteúdos.

Assim, é importante destacar também que o grande número de compartilhamentos que as publicações analisadas tiveram no dia 18 de junho, durante as tensas manifestações das Jornadas de 2013 no Brasil. Na lógica da comunicação em rede, os canais dos *media* funcionam difundem conteúdos e os internautas têm a possibilidade de espalhá-los ainda mais por meio da sua rede de contatos se os compartilharem nos seus perfis. Quando pensamos no Facebook, as publicações que foram compartilhadas no dia em que realizamos a análise das manifestações podem ter construído outros debates na rede de contatos dos internautas que as compartilharam.

Mesmo que não possamos generalizar e afirmar que se estruturou uma esfera pública para a discussão das manifestações no dia 18 de junho, é possível afirmar que pequenos espaços de discussão foram formados de forma consistente. Isso muito se deve ao interesse e engajamento dos cidadãos que participaram com argumentos e questões que complexificaram a troca de opiniões nos comentários. O fato de haver canais alternativos de informação, e de as pessoas poderem publicar conteúdos e articular discussões favorece o ambiente democrático. A Internet, em especial o Facebook, amplia ainda mais os horizontes para a expressão da sociedade, que ganha ferramentas para questionar e interagir com diferentes atores.

As investigações das Ciências da Comunicação precisam considerar cada vez mais este novo espaço público que se forma na *web*. Isto é importante para a elaboração de novos métodos de análise, a fim de compreender as relações que estão se estabelecendo na rede entre os cidadãos, as instituições e os *media*.

Referências Bibliográficas

Almeida, J. (1998), *Mídia, Opinião Pública ativa e Esfera Pública democrática*. Acedida em 23 de abril de 2014. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/associa/alaic/Congreso1999/3gt/Jorge%20Almeida.rtf>>.

Cabo, A. I. (2008). *Os novos movimentos sociais e os media: os movimentos antiglobalização nas páginas do Público*. Lisboa: Livros Horizonte.

Castells, M. (2011), *Comunicación y Poder*. Tradução: María Hernández Díaz. 3ª Edição. Madrid: Alianza Editorial.

Esteves, J. P. (2003), "'Sociedade de Informação' e Democracia Deliberativa", in J. P Esteves, *Espaço Público e Democracia*. Lisboa: Edições Colibri. pp. 169-205.

Gamson, W. & Wolfsfeld, G. (1993), "Movements and Media as Interacting Systems", in *Annals, American Academy of Political and Social Science*. Vol. 528, Filadelfia.

Giddens, A. (1992). *As consequências da modernidade*. Oeiras: Celta Editorial.

Giddens, A. (2000). *O mundo na Era da globalização*. Lisboa: Editorial Presença.

Golding, P. & Murdock, G. (1991), "Culture, Communications, and Political Economy", in J. Curran e M. Gurevicht (eds.), *Mass Media and Society*. London: Edward Arnold, pp. 11-30.

Goode, L. (2005), "Mediations: From the Coffee House to the Internet Café", in L. Goode, Jürgen Habermas: *democracy and the public sphere*. Londres: Pluto Press. pp. 89-119.

Hall, S. (1980), "Encoding and decoding in the television discourse". In: Hall, S. et al, *Culture Media and Language*, London: Hutchinson. p. 128-138.

Herring, S. C., Scheidt, L. A., Kouper, I., & Wright, E. (2006). Longitudinal content analysis of weblogs: 2003-2004. In M. Tremayne (Ed.), *Bloggging, citizenship, and the future of media*. London: Routledge. pp. 3-20.

Jennings, M.K. and V. Zeitner (2003) 'Internet Use and Civic Engagement: A Longitudinal Analysis', *Public Opinion Quarterly* 67(3). pp. 311-34.

Lévy, P. (2002), *Cyberdemocracia*. Tradução: Dorindo Carvalho. Lisboa: Piaget.

Maia, R. (2006), *Mídia e diferentes dimensões do Accountability*. Acedida em 20 de março de 2013. Disponível em <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/113/112>>.

Malini, F. (2014). *A nova grande mídia - a ecologia midialivrista brasileira no Facebook*. Acedido em 30 de abril de 2014. Disponível em <<http://www.labic.net/grafico/a-nova-grande-midia-a-ecologia-midialivrista-brasileira-no-facebook/>>.

Marcondes, V. (2007), *Novas tecnologias de conexão e o futuro da esfera pública*. Acedida em 5 de janeiro de 2013. Disponível em <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/versoereverso/article/view/5778/523>>.

Oliveira, R. S. (2012), "Ciberdemocracia, ativismo digital e novas mídias: redefinições da Esfera Pública no século XXI", in Costa, M. N. (org.), *Democracia, Mass Media e Esfera Pública*. V. N. Famalicão: Edições úmus. pp. 221-231.

Schmidt, E. & Cohen, J. (2013), *A nova era digital*. Tradução: José Mendonça da Cruz. Lisboa: D. Quixote.

Traquina, N. (2007). *O que é jornalismo*. Lisboa: Quimera (2ª Ed.) pp. 186-201.

Wolton, D. (2000). *E depois da Internet?* Lisboa: Difel.